

**Política de Cotas e as Ações Afirmativas: Povo Akwê-Xerente, são os Indígenas na
Universidade Federal do Tocantins**

**Quota Policy and Affirmative Actions: Akwê-Xerente People, are the Indigenous
people at the Federal University of Tocantins**

Junio Cesar Alves de Sousa¹

Neila Nunes de Souza²

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O presente estudo trata das Política de Cotas e as Ações Afirmativas na Universidade Federal do Tocantins, são os Akwê, indígenas que chegaram na universidade. Foi possível constatar que entre 2004 a 2019 ingressaram no Curso de Letras somente alunos da etnia Akwê-Xerente e que poucos obtiveram sucesso de permanecer e concluir o curso. A maioria desses estudantes enfrentam diversas dificuldades ao longo de suas vidas acadêmicas, tais como problemas linguísticos, econômicos, educacionais, sociais, gênero, entre outros. Foi analisada a matriz curricular de Língua Portuguesa, na qual os acadêmicos escolheram cursar, a quantidade de mulheres que já ingressaram, quantos alunos vinculados e quantos concluíram o curso. A UFT implantou de forma pioneira, no ano de 2004, o sistema de Cotas para estudantes indígenas. As ações afirmativas exercem papel importante no combate às desigualdades sociais e como instrumento de inclusão social, pois possibilita que pessoas de diferentes origens tenham acesso à educação, emprego, cultura, entre outras políticas fundamentais asseguradas pela Constituição Federal.

Palavras-chave: Política de Cotas; Ações Afirmativas; Indígenas; Akwê-Xerente

Abstract: The present study deals with the Quota Policy and Affirmative Actions at the Federal University of Tocantins, they are the Akwê, indigenous people who arrived at the university. It was possible to verify that between 2004 and 2019, only students from the Akwê-Xerente ethnic group entered the Languages Course and that few were successful in remaining and completing the course. Most of these students face various difficulties throughout their academic lives, such as linguistic, economic, educational, social, gender problems, among others. The Portuguese Language curricular matrix was analyzed, in which the academics chose to study, the number of women who have already enrolled, how many students were enrolled and how many completed the course. In 2004, the UFT pioneered the Quota system for indigenous students. Affirmative actions play an important role in combating social inequalities and as an instrument of social inclusion, as it allows people from different origins to have access to education, employment, culture, among other fundamental policies guaranteed by the Federal Constitution.

Key-words: Quota Policy; Affirmative Actions; Indigenous; Akwê-Xerente

Recebido em 03 de julho de 2023.

Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

¹ Mestre em Letras (PPGLetras/UFT). É servidor público, técnico-administrativo na Universidade Federal do Tocantins, atua no Curso de Letras do Campus de Porto Nacional.

² Docente no Curso de Letras e PPGLetras do Campus de Porto Nacional – UFT.

Introdução

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma instituição de ensino superior federal que representa uma conquista para a educação do norte brasileiro, pois contribui para o desenvolvimento e formação da população dessa região que historicamente esteve esquecida pelas políticas econômicas e educacionais brasileiras. Segundo Souza et al. (2018) a Universidade Federal do Tocantins – UFT criada no ano 2000, no Estado do Tocantins, único estado da federação que não possuía uma universidade federal. Existia no Estado a Universidade Estadual que passou parte do seu patrimônio físico para a federal, bem como transferiu os discentes.

Na região central do Tocantins encontram-se os câmpus universitários de Porto Nacional, Miracema e Palmas. No sul, estão as unidades de Gurupi e Arraias. Já na região norte do Estado, as unidades de Araguaína e Tocantinópolis passaram a fazer parte da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT³, que teve a aprovação de sua criação em 2020, no qual a UFT é tutora nesse processo de constituição e fusão dos cursos.

Figura 1: Câmpus universitários da UFT e UFNT



Fonte: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/6wpBz2J0SM-e-Fthw12VwzQ>>.

A UFT oferece mais de 60 cursos de Graduação presencial e a distância. Ademais, a instituição possui mais de 30 programas de mestrado e 9 de doutorados

³ Fonte: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ufnt/apresentacao-ufnt>>.

Para ingressar nos cursos de graduação da UFT, é necessário que o interessado realize o vestibular tradicional pela instituição ou participe do SiSU⁴ utilizando o resultado obtido no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A UFT oferece as vagas em três modalidades de concorrência: Ampla concorrência (AC), por reserva legal de vagas previsto na Lei nº 12.711/2012 pelo sistema de Lei de Cotas (reserva as vagas para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, Pessoas com Deficiência – PCD e candidatos Pretos, Pardos e Indígenas – PPI) e também pelas Ações Afirmativas UFT (exclusivamente para os indígenas e quilombolas). Vale ressaltar que o vestibular através do ingresso pelo SiSU teve início em 2010 e que as vagas destinadas às ações afirmativas através da política de cotas para etnias adotadas pela UFT consistem na reserva de 5% (cinco por cento) disponibilizadas à etnia indígena e 5% (cinco por cento) aos candidatos de origem quilombola. De acordo com Arabela Campos Oliven (2007):

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (OLIVEN, 2007, p. 30).

Ações afirmativas são medidas que visam garantir oportunidades para grupos minoritários e para combater as desigualdades sociais. Conhecida como “Lei de Cotas”, a política de cotas faz parte das ações afirmativas. A Lei de Cotas foi criada através da Lei nº 12.711/2012 e determina que seja reservada no mínimo 50% das vagas de cada curso, tanto nas universidades federais quanto nos institutos federais, para estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas, sendo parte dessas cotas destinadas a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) ou pessoas com deficiência (PCD), conforme podemos observar a seguir através do sistema de cálculo do número mínimo das vagas reservadas para o ingresso nas instituições federais de ensino.

⁴ Tivemos outra experiência de ingresso no Curso de Libras, que é a seleção por currículo e, a partir do ano de 2024, o Curso de Ciências Sociais no 1º semestre de 2024 teve o ingresso selecionado por currículo. Nessa tendência de atrair um maior número de alunos o Curso de Letras Português e Inglês aprovou no colegiado a seleção para o 2º semestre de 2024, contará com uma redação para candidaturas a Universidade.

O estudo apresenta um levantamento sobre os principais movimentos que levaram os povos indígenas a adquirir direitos de acesso ao ensino superior. A presença indígena na Universidade Federal do Tocantins: A política de cotas e as ações afirmativas e Índice de permanência e evasão dos acadêmicos indígenas no Curso de Letras: os desafios do ensino superior.

Diante disso, o objetivo do presente estudo é analisar os índices dos acadêmicos indígenas ingressantes, evadidos ou formados no Curso de Letras, do campus de Porto Nacional, através do Quadro nº 1. Buscaremos diagnosticar quais são os principais desafios encarados por esses estudantes e de que forma as ações afirmativas presentes na instituição têm possibilitado suas permanências no ambiente universitário.

No primeiro momento, foi apresentado o processo de implantação da política de cotas e ações afirmativas na Universidade Federal do Tocantins, no qual foram destacados os principais projetos dentro do processo de acesso e permanência voltados para os povos indígenas. Em seguida, foram analisados os índices dos acadêmicos indígenas ingressantes, evadidos ou formados no Curso de Letras, do campus de Porto Nacional, através do SIE da UFT. Através dessa análise, buscou-se diagnosticar quais são os principais desafios encarados pelos acadêmicos indígenas, sobretudo do povo Akwê-Xerente, bem como analisar de que forma as ações afirmativas presentes na instituição têm possibilitado suas permanências no ambiente universitário, que podemos observar essa organização na figura 2.

Figura 2: Sistema de Cotas



Fonte: < <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>>.

É importante destacar que, através do resultado de estudos elaborados por sua Comissão Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial – CEPPIR⁵ e com a resolução elaborada juntamente com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, a UFT implantou de forma pioneira, no ano de 2004⁶, o sistema de Cotas para estudantes indígenas, no qual passou a reservar 5% de vagas nos vestibulares da universidade para essa população. Através da Resolução nº 3A/2004 (Consepe), que posteriormente foi alterada pela Resolução nº 10/2011 (Consepe), foi decidido:

Art. 1º - Aprovar a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT.
 § 1º - Serão oferecidos aos estudantes indígenas 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e *campi* da UFT.

⁵ A CEPPIR foi instituída em 19 de fevereiro de 2004, com o objetivo de incorporar a temática racial à construção das políticas educacionais a serem implementadas na UFT. Disponível em: < <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proex/grupos-comissoes-e-nucleos/10866-comissao-especial-para-a-promocao-de-politicas-de-igualdade-racial-na-uft-ceppir>>. Acesso em: 19/06/2021.

⁶ Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe nº 3A/2004, em sessão realizada no dia 03 de setembro de 2004. Disponível em: < <https://docs.uft.edu.br/share/s/MEGsYBNXRBeqoxYo9Vnx1Q>>. Acesso em: 20/06/2021.

§ 2º - Terão direito a usufruírem do sistema de cotas os estudantes indígenas que apresentarem a documentação exigida no edital do processo seletivo da UFT (Redação dada pela Resolução nº10/2011 do Consepe).

A implantação do sistema de cotas para os estudantes indígenas na UFT foi uma grande conquista na trajetória de lutas para os direitos indígenas, sobretudo em relação à inclusão das diversidades na educação. Sobre as políticas afirmativas implantadas nas universidades brasileiras, Ely Ribeiro de Souza (2018) enfatiza que:

Embora seja antiga a presença indígena nas universidades, somente a partir de políticas específicas promovidas pelo Estado nacional brasileiro, denominadas de Políticas Afirmativas, voltadas para as populações em situação de vulnerabilidade social, sobretudo os povos tradicionais, é que se pode identificar o acesso e depois a permanência dos povos indígenas nas universidades, com uma vasta produção de textos, dissertações e teses em todo o país (DE SOUZA, 2018, p. 63).

É importante ressaltar que as políticas de cotas no Brasil enfrentam resistências por parte de grupos contrários que acreditam em inconstitucionalidade da lei, pois o artigo 5º da CF de 1988 traz em seu texto que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, com isso eles acreditam que as cotas criam segregação social. Além desse argumento, outros motivos contrários que mais se destacam são preconceitos contra brancos pobres, uma possível queda na qualidade do ensino universitário e o não reconhecimento à meritocracia acadêmica. Outro problema enfrentado pela Lei de Cotas são as tentativas de fraudes nas cotas raciais, pois muitos estudantes se autodeclararam pretos ou pardos, mas depois se confirma que se trata de pessoas brancas burlando o sistema. Ademais, acadêmicos que ingressam através do sistema de cotas também enfrentam diversos preconceitos, situações que levam muitos alunos a desistirem de seus estudos universitários.

A cultura política e acadêmica sempre foi o baluarte do processo dominador e colonizador das sociedades ocidentais europeias, razão pela qual sempre mantiveram as portas das universidades cerradas para os povos colonizados. Daí a forte reação ao sistema de cotas como possibilidade de ingresso de índios e negros (BANIWA, 2006, p. 162).

No entanto, as ações afirmativas através da Lei de Cotas no Brasil têm por objetivo combater as desigualdades sociais, pois com condições desiguais, estudantes brasileiros

não teriam as oportunidades de acesso ao ensino superior de forma justa. Destarte, Flavia Piovesan (2005) enfatiza que:

Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e a intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação. Neste sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, situam-se as *ações afirmativas*. Estas ações constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 40, grifo nosso).

Diante desse pressuposto, as ações afirmativas exercem papel importante no combate às desigualdades sociais e como instrumento de inclusão social, pois possibilita que pessoas de diferentes origens tenham acesso à educação, emprego, cultura, entre outras políticas fundamentais asseguradas pela Constituição Federal. Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2001) destaca que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 132).

Nas universidades brasileiras, as ações afirmativas têm sido construídas a partir das demandas em favor da manutenção dos estudantes no ambiente universitário, como é o caso do Programa de Bolsa Permanência (PBP), do Ministério da Educação (MEC), que concede auxílio financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígenas matriculados em instituições federais.

Para os estudantes indígenas, as bolsas de auxílio permanência possibilitam segurança financeira durante o período em que se encontram longe de suas aldeias e presentes nas universidades. Mas é importante destacar que a presença indígena no meio

acadêmico vai além da manutenção financeira, é preciso que seja considerada a diversidade sociocultural desses alunos.

A presença indígena na universidade implica em suprimir as idealizações e visões essencialistas das culturas indígenas. Visões essas presentes não somente nos clássicos da etnologia brasileira, mas também nos livros didáticos, no cinema, na literatura, entre outros, instigando ampliar sua compreensão à correspondente abertura analítica para sistemas regionais multissocietários e multilinguísticos, no contraditório contexto das sociedades modernas. Esses fundamentos possibilitam a compreensão do acadêmico indígena não como representante de uma cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais, mas, ao contrário, como sujeito pertencente a um grupo étnico que já sofreu modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com as sociedades não indígenas, principalmente no contexto do desenvolvimento capitalista, mas que evidencia (ou oculta) marcas de uma cultura viva e presente, atualizada, que muito tem a dizer sobre as relações humanas, produção sustentável e reprodução social. Gerar condições de acesso e permeância aos indígenas na universidade pressupõe a criação de condições, mas também compreensões dessa diversidade, criações de cursos e currículos que estejam afinados com as ansiedades das comunidades indígenas (SOUZA, 2018, p. 65-66).

Na UFT, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest)⁷ atua como gestora da política de assistência estudantil e comunitária da instituição apoiando os estudantes nas suas diversas demandas. A Proest possui a competência de gerir os programas de auxílio permanência, além de desenvolver a política de assistência estudantil, tais como: saúde, moradia, alimentação, além de fomentar a participação dos alunos em eventos científicos e gerir as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no âmbito da UFT.

Já a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex)⁸ articula o processo educativo, cultural e científico. Na Proex encontra-se a Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas, que têm como objetivo a implementação de programas institucionais e ações nas áreas de lazer e qualidade de vida, esporte, ação solidária, ligas acadêmicas, observatórios e ações afirmativas. Ademais, também estão presentes na Proex as Comissões e Núcleos.

Por fim, a DPPEE visa o fortalecimento do ensino nos cursos de graduação, abrangendo as atividades de aperfeiçoamento docente e discente através do

⁷ Fonte: < <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/sobre-a-proest>>.

⁸ Fonte: < <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proex/sobre-a-proex>>.

funcionamento de programas. Entre os programas em funcionamento pela DPPEE, que traz benefícios diretos aos povos indígenas, encontramos o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI)⁹.

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. Para exercerem a função de monitor remunerado ou voluntário, os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação passam por um processo seletivo realizado no Colegiado de Curso.

Além dos programas institucionais, o campus de Porto Nacional conta atualmente com a Casa do Estudante e o sistema de Restaurante Universitário (RU), ações que foram conquistadas após um longo processo de mobilizações por parte da comunidade acadêmica. No caso da Casa do Estudante, após denúncias da falta de manutenção no prédio da moradia estudantil localizada no mesmo bairro da UFT, os alunos residentes decidiram ocupar um bloco de salas de aulas dentro da universidade no ano de 2017. Após passar por uma reforma, o prédio ocupado pelos estudantes foi transformado em Casa do Estudante e a antiga residência segue funcionando como moradia para os alunos que não quiseram se instalar no interior da universidade. Já o RU, importante suporte aos alunos por oferecer em seus serviços café da manhã, almoço e janta, foi inaugurado somente em 2017.

Vale destacar também que apesar das conquistas ao longo dos últimos anos, o transporte público segue sendo um problema para os estudantes da UFT, pois o campus é afastado do centro e esse tipo de serviço é oferecido de forma precária pelo município de Porto Nacional. Assim, a situação de abandono do poder público obriga a maioria dos alunos a se deslocarem a pé, de bicicleta ou motocicletas para conseguirem estudar. Por consequência, a falta de transporte público e a sensação de insegurança levam alguns estudantes a desistirem de seus cursos, entre os evadidos estão os indígenas, que são afetados diretamente quando saem de suas aldeias em busca de oportunidade, mas dependem desse tipo de serviço.

⁹ Fonte: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/programas-especiais-em-educacao/pimi>>.

2. Índice de permanência e evasão dos acadêmicos indígenas no Curso de Letras: os desafios do ensino superior

Objetivando dimensionar o número de acadêmicos indígenas evadidos, concluintes e vinculados ao Curso de Letras do campus de Porto Nacional, a metodologia adotada para esta dissertação foi a coleta de dados no SIE (Sistema de Informações Educacionais) da Universidade Federal do Tocantins, no qual foram pesquisados os índices de permanência e as formas de evasão desses estudantes. Os dados obtidos se referem ao período de 2004 (ano de implantação da UFT) a 2019 (ano de meu ingresso no Programa de Pós Graduação em Letras – PPGLetras da UFT/CPN).

Quadro 1 – Alunos indígenas ingressados e situação dos alunos

ANO DE INGRESSO	ALUNOS INDÍGENAS INGRESSADOS	SITUAÇÃO DO ALUNO E OBSERVAÇÕES
2004/1	Total geral: 44 - Realização do primeiro vestibular da UFT. - Não houve ingresso de alunos indígenas.	- A reserva de vagas de cotas para estudantes indígenas foi instituída desde o primeiro vestibular da Instituição, realizado em 2004.
2004/2	- Não houve vestibular /ingressantes.	-
2005/1	Total geral: 40 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2005/2	Total geral: 43 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2006/1	Total geral: 43 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2006/2	Total geral: 41 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2007/1	Total geral: 41 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2007/2	Total geral: 44 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-

2008/1	Total geral: 40 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2008/2	Total geral: 45 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2009/1	Total geral: 44 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2009/2	Total geral: 42 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	- Entre 2004 a 2009 o PPC vigente era a versão 2001 (aprovado pelo colegiado na antiga Unitins) de dupla habilitação. O aluno optava em cursar a matriz de Língua Portuguesa ou L. Portuguesa e L. Inglesa.
2010/1	Total geral: 37 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	- Início do ingresso de alunos pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada). - Em 2010 passou a vigorar o novo PPC, no qual o aluno cursava disciplinas em regime de Núcleo Comum até o 2º período. A partir do 3º período o acadêmico realiza a opção de cursar a matriz de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas ou cursar a matriz de Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas.
2010/2	Total geral: 40 - Nesse período ocorre o ingresso dos primeiros acadêmicos através do Sistema de Cotas Indígenas, sendo 2 alunos ingressantes.	Aluno 1: ASBX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Desistência Obs: O aluno frequentou 3 semestres do curso, mas não concluiu a maioria das disciplinas, sendo reprovado por nota e também por frequência. Aluno 2: FNSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Desistência Obs: O aluno frequentou entre 2010/2 a 2014/1, mas não concluiu a maioria das disciplinas, sendo reprovado por nota e também por frequência.
2011/1	Total geral: 42 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2011/2	Total geral: 41 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2012/1	Total geral: 40 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-

2012/2	Total geral: 37 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2013/1	Total geral: 26 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2013/2	Total geral: 40 - Houve ingresso de 1 (um) aluno indígena, mas ocorreu pelo Sistema de Ampla Concorrência.	Aluno 3: TSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Formado Obs: O aluno ingressou pelo Sistema de Ampla Concorrência, ou seja, não utilizou para sua entrada o Sistema de Cotas Indígenas. Realizou aproveitamento de disciplinas, pois veio oriundo de outra universidade. Concluiu o curso em 2017/2.
2014/1	Total geral: 32 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2014/2	Total geral: 26 - Houve ingresso de 1 (uma) aluna pelo Sistema de Cotas Indígenas.	Aluno 4: EHX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Feminino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação da aluna: Desistência Obs: A aluna frequentou o curso durante 6 semestres, no entanto não conseguiu concluir a maioria das disciplinas ofertadas em cada período pelo curso de Letras, sendo que a maioria das disciplinas cursadas foram reprovadas por frequência.
2015/1	Total geral: 21 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2015/2	Total geral: 26 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2016/1	Total geral: 38 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2016/2	Total geral: 34 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-
2017/1	Total geral: 39 - Não houve ingresso de alunos indígenas.	-

2017/2	<p>Total geral: 43 - Houve ingresso de 1 (um) aluno indígena pelo Sistema de Cotas Indígenas.</p>	<p>Aluno 5: JWX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Vinculado Obs: No primeiro período o aluno foi aprovado em Filosofia da Educação e Metodologia da Pesquisa, sendo reprovado nas 3 outras disciplinas. No semestre seguinte foi aprovado somente em História da Educação, sendo reprovado nas demais disciplinas por notas e frequências. No período de 2018/2 foi aprovado nas 7 disciplinas matriculadas, mesmo período em que o aluno participou ativamente como beneficiário das monitorias do PIMI. 2019/1 foi aprovado somente em Literatura Portuguesa: Arcades, Românticos, Realistas e Simbolistas e em 2019/2 em Didática, tendo reprovação por notas e faltas nas demais disciplinas.</p>
2018/1	<p>Total geral: 42 - Houve ingresso de 1 (um) aluno indígena pelo Sistema de Cotas Indígenas.</p>	<p>Aluno 6: GKX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Vinculado Obs: Teve excelente aproveitamento nos três primeiros períodos do curso, tendo aprovação em todas as disciplinas, coincidindo com o período de atuação dos monitores do PIMI. No último período analisado 2019/2 o aluno foi reprovado em Sintaxe: Fundamentos e Princípios da Análise, tendo aprovação nas demais disciplinas matriculadas.</p>
2018/2	<p>Total geral: 41 - Houve ingresso de 1 (um) aluno indígena pelo Sistema de Cotas Indígenas.</p>	<p>Aluno 7: PFSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Vinculado Obs: O aluno teve um bom aproveitamento nos períodos iniciais do curso (2018/2, 2019/1 e 2019/2), tendo sido reprovado somente em Sociologia da Educação. O acadêmico teve acompanhamento dos monitores do PIMI desde sua entrada no curso.</p>
2019/1	<p>Total geral: 40 - Houve ingresso de 1 (um) aluno indígena pelo Sistema de Cotas Indígenas.</p>	<p>Aluno 8: JCSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Ainda não realizou a opção. Situação do aluno: Vinculado (c/ possível abandono) Obs: O aluno frequentou somente o 1º período, tendo aprovação somente na disciplina Metodologia da Pesquisa. Foi reprovado nas</p>

		demais disciplinas, sendo a maioria por frequência.
2019/2	- Houve ingresso de 2 (dois) alunos indígenas pelo Sistema de Cotas Indígenas.	<p>Aluno 9: CSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Vinculado Obs: O aluno foi aprovado em três disciplinas (Estratégias de Leitura em Língua Inglesa, Introdução aos estudos literários e Princípios e Fundamentos dos estudos da linguagem) e reprovou em duas (Filosofia da Educação e Leitura e produção de textos acadêmicos). O aluno teve acompanhamento dos monitores do PIMI desde sua entrada no curso.</p> <p>Aluno 10: RWSX (Etnia Akwê-Xerente) Sexo: Masculino Opção de curso: Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Situação do aluno: Vinculado Obs: O aluno foi aprovado em todas as disciplinas matriculadas. O aluno teve acompanhamento dos monitores do PIMI desde sua entrada no curso.</p>
Fonte: Dados coletados no SIE/UFT (Referem-se ao período de 2004/2019). Organização: SOUSA, J. C. (2020).		

Nos dados obtidos no SIE/UFT, foi constatado que desde a implantação do sistema de cotas indígenas pela UFT no ano de 2004, ingressaram pelos processos seletivos Vestibular e SiSU no Curso de Letras, campus de Porto Nacional, o total de 10 alunos indígenas, sendo 9 (nove) pelo sistema da cota indígenas e 1 (um) pelo sistema de ampla concorrência (AC). É importante destacar, que durante a pesquisa foi averiguado que todos os alunos indígenas que ingressaram no Curso de Letras pertencem à etnia Akwê-Xerente, situados no município de Tocantínia - TO, conforme podemos observar no Quadro nº 1.

Foi somente a partir do 2º semestre de 2010 que ingressaram os dois primeiros alunos indígenas no Curso de Letras através do Sistema de Cotas Indígenas pelo processo

seletivo SiSU. Nesse mesmo período passou a vigorar o primeiro PPC aprovado pelo colegiado do Curso de Letras da UFT, no qual o aluno cursava disciplinas em regime de Núcleo Comum até o 2º período e a partir do 3º período o acadêmico realizava a opção de cursar a matriz de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas ou cursar a matriz de Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas. Ambos acadêmicos optaram por cursar a matriz de Língua Portuguesa, mas vale ressaltar que os dois alunos desistiram do curso. No caso do aluno 1 (ASBX)¹⁰, ele frequentou somente 3 semestres do curso e teve aprovação em somente 7 disciplinas, sendo reprovado por nota ou por falta nas demais. Já o aluno 2 (FNSX) cursou 7 semestres, tendo 14 disciplinas aprovadas no Curso de Letras e 2 aprovadas através de aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos da UFT. No entanto, esse aluno reprovou por nota ou por faltas nas outras disciplinas e desistiu do curso ao iniciar o 8º semestre.

No período 2013/2 ingressou o aluno 3 (TSX), oriundo de uma universidade privada e com aproveitamento de várias disciplinas do Curso. Esse acadêmico não ingressou na UFT através do Sistema de Cotas Indígenas, mas sim pelo Sistema de Ampla Concorrência. Vale destacar que TSX relatou em uma de suas demandas na Coordenação, ser filho de professores de escolas públicas do município de Tocantínia, situação que pode explicar o seu desempenho acadêmico ao ponto de conseguir se formar, inclusive dentro do prazo ideal. Ele concluiu o curso em 2017 e até o momento é o único acadêmico indígena formado em Letras no campus de Porto Nacional.

Em 2014/2 ingressou a aluna 4 (EHX), primeira e única mulher indígena no Curso de Letras até 2019, último ano da coleta de dados para esta pesquisa. Ela frequentou o curso durante 6 semestres, com aprovação em apenas 6 disciplinas. A aluna não conseguiu concluir a maioria dos componentes curriculares ofertados em cada período pelo curso, sendo que a maioria das disciplinas cursadas foi reprovada por faltas.

A desistência da acadêmica EHX e a ausência de outras mulheres indígenas no Curso de Letras é uma situação que mostra a importância de se debater a presença da mulher indígena na universidade. Apesar do aumento no número de acadêmicos indígenas a partir da política de cotas indígenas criada em 2004, o número de mulheres indígenas

¹⁰ Os acadêmicos indígenas citados ao longo do trabalho serão denominados de forma numérica pra indicar sua ordem de entrada no curso e as iniciais de seus nomes e sobrenomes serão abreviadas, como forma de resguardar suas identidades.

no Curso de Letras/CPN ainda é menor em comparação ao ingresso dos homens indígenas, conforme podemos observar nos dados obtidos.

Podemos aqui citar alguns possíveis fatores que contribuem para a ausência de mulheres no Curso de Letras do campus de Porto Nacional e para os motivos que podem ter levado à evasão da acadêmica EHX. Um desafio a ser enfrentado pelas mulheres Akwê-Xerente é o de deixar a aldeia para estudar em outra cidade, como é o caso da distância de aproximadamente 140 km entre Porto Nacional e Tocantínia, com um tempo estimado de mais de 3 horas de viagem. Essas mulheres também encontram dificuldades financeiras e dependem de bolsas auxílios, mas esses recursos muitas vezes são insuficientes diante das necessidades com alimentação, transportes, materiais (livros, cópias, etc), entre outros gastos.

Outra barreira para essas acadêmicas é a dificuldade linguística com a língua portuguesa, sobretudo para cursar Letras. Isso sem falar da solidão, timidez e dificuldade de adaptação por causa das diferenças sociais. E, principalmente, por questões culturais da etnia Akwê-Xerente e de outras etnias, as mulheres tendem a se casarem jovens, muitas vezes ainda adolescentes, sendo essa condição um dos motivos que as impossibilitam de estudar. Jônia Rodrigues de Lima (2018) destaca que:

Muitas indígenas não se aventuram fora de suas comunidades por medo de encarar o sistema dos não indígenas já que não se sentem empoderadas sobre a luta por direitos e por igualdade devido às barreiras linguísticas, pois são pouquíssimos os materiais sobre leis e direitos publicados nas línguas indígenas. Assim, elas preferem o conforto da comunidade onde estão protegidas pelos valores da sua cultura (LIMA, 2018, p. 8).

No entanto, apesar da ausência de acadêmicas indígenas no Curso de Letras do campus de Porto Nacional, as mulheres indígenas estão ocupando cada vez mais espaço dentro das universidades e fora delas. Muitas já se destacam na área da política, literatura e na luta pelos direitos dos povos originários, entre elas, se destacam: Sônia Guajajara, Txai Suruí, Eliane Potiguara, Miquelina Machado, Simone Eloy Terena, Sandra Benites, entre outras. Essas e outras mulheres indígenas de diversas etnias têm mostrado o protagonismo feminino nas articulações sociais e políticas. Entre as mobilizações representadas por essas mulheres se destaca a criação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – Anmiga, bem como a Marcha das

Mulheres Indígenas, que são iniciativas que contam com as mobilizações de mulheres indígenas¹¹ de todo o país pela garantia dos direitos dos povos originários.

Organizado pela APIB (Associação dos povos Indígenas do Brasil), a Marcha das Mulheres Indígenas é um ato pela garantia de direitos dos povos originários. É importante ressaltar que a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas ocorreu em 2019 e teve como tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, reunindo cerca de 2 mil parentas de 113 povos que ocuparam as ruas de Brasília. Em 2020, com o agravamento da pandemia da Covid-19, não foi possível a mobilização presencial, mas aconteceu a assembleia online com o tema “O sagrado da existência e a cura da terra”. Para a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, em 2021, o tema escolhido foi “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. Diante desse pressuposto, e levando em consideração a representação da figura feminina indígena, Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara (2020) ressalta que:

É um protagonismo incidente que transpassa o silenciamento para influenciar os constructos sobre as perspectivas da identidade feminina indígena dentro e fora das comunidades. Se reconstrói sobre o outro o ser mulher indígena pela autonomia do dizer pela própria voz, nas vivências de resistência e reexistências. A reconfiguração das estruturas de estratégias no contexto do atual movimento indígena e nos espaços de poder, é reflexo do dinamismo necessário à adequação de enfrentamento às violências e aos ataques político-jurídicos. As indígenas se insurgem nesse processo ocupando e reforçando a linha de frente com novos modelos de representação (GUAJAJARA, 2020, p. 30).

Seguindo com nossa análise dos dados coletados no SIE, correspondendo ao segundo semestre de 2017, verificamos que ingressou através do Sistema de Cotas Indígenas, o aluno 5 (JWX). No primeiro período ele foi aprovado em Filosofia da Educação e Metodologia da Pesquisa, sendo reprovado nas 3 outras disciplinas. Já no semestre seguinte teve aproveitamento somente em História da Educação, sendo reprovado nas demais disciplinas por notas e frequências. No entanto, no período de

¹¹ “A mulher indígena possui papel fundamental dentro do território, seja como educadora, como multiplicadora do saber milenar ou mediadora dos conflitos de um povo, sobretudo as mulheres mais velhas. Somos nós que preservamos a medicina e a agricultura tradicionais. E também as que mais guardam, testam, multiplicam as sementes tradicionais. Diante disso, é fundamental desenvolver políticas que preservem e estimulem os saberes milenares, voltadas para o etnodesenvolvimento, e que fortaleçam a liderança das mulheres”. Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/seminarios/2013/seminario-san-e-saude-mulheres-indigenas/carta-das-mulheres-indigenas-versao-final.pdf>>. Acesso em: 26/08/2021.

2018/2 teve aprovação em todas as 7 disciplinas matriculadas, mesmo período em que o aluno participou ativamente nas monitorias do PIMI. Em 2019/1 foi aprovado somente em Literatura Portuguesa: Arcades, Românticos, Realistas e Simbolistas e em 2019/2 em Didática, tendo reprovação por notas e faltas nas demais disciplinas. Vale destacar que JWX se ausentou bastante da universidade, tendo que passar um período em sua aldeia, provavelmente por questões pessoais, uma vez que o mesmo é casado e possuindo filhos pequenos. O aluno segue vinculado ao Curso de Letras.

Já o aluno 6 (GKX), que ingressou no curso em 2018/1, teve excelente aproveitamento nos três primeiros períodos, tendo aprovação em todas as disciplinas cursadas, coincidindo com o período de atuação dos monitores do PIMI. No último período analisado na coleta de dados do SIE, o aluno foi reprovado na disciplina Sintaxe: Fundamentos e Princípios da Análise, mas tendo aprovação nas outras disciplinas.

O aluno 7 (PFSX), que entrou no curso em 2018/2, também teve um bom aproveitamento nos períodos analisados (2018/2, 2019/1 e 2019/2), tendo sido reprovado somente em Sociologia da Educação. Vale destacar que PFSX também teve acompanhamento dos monitores do PIMI desde sua entrada no curso.

O aluno 8 (JCSX) ingressou em 2019/1 e frequentou somente o 1º período. Ele obteve aprovação somente na disciplina Metodologia da Pesquisa e foi reprovado nas outras disciplinas por faltas. JCSX não chegou a realizar a opção para cursar Língua Portuguesa ou Língua Inglesa e ele segue vinculado ao curso, mas com possível desistência.

No último período analisado no SIE, 2019/2, houve ingresso de 2 (dois) alunos pelo Sistema de Cotas. O aluno 9 (CSX) foi aprovado em três disciplinas (Estratégias de Leitura em Língua Inglesa, Introdução aos Estudos Literários e Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem) e reprovou em duas (Filosofia da Educação e Leitura e Produção de Textos Acadêmicos). Já o aluno 10 (RWSX) foi aprovado em todas as disciplinas matriculadas. Os dois acadêmicos tiveram acompanhamento dos monitores do PIMI desde que ingressaram no Curso de Letras.

No decorrer da pesquisa, foi analisada qual opção de curso foi escolhido por cada acadêmico indígena. Foi constatado que todos os alunos optaram pela matriz curricular de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas. Isso se deve pelo interesse desses

acadêmicos buscarem lecionar a Língua Portuguesa nas escolas de suas aldeias ou em escolas no município de Tocantínia ou em cidades circunvizinhas.

Outro fator que também leva os alunos indígenas a optarem pela matriz curricular de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas se deve ao fato de que o Inglês é uma terceira língua para eles. Ademais, é alto o índice de reprovação desses acadêmicos em Língua Inglesa I, que é uma disciplina de Núcleo Comum e obrigatória no segundo período do PPC vigente até 2019.

Além da disciplina de Língua Inglesa, muitos acadêmicos indígenas apresentam dificuldades com outros componentes curriculares, tais como: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, além das literaturas e algumas disciplinas relacionadas à Linguística. Em busca de ajuda para se adaptarem ao ambiente acadêmico e compreenderem os conteúdos trabalhados em sala de aula, os alunos indígenas recorrem ao PIMI - Programa Institucional de Monitoria Indígena. Vale lembrar que o PIMI é um programa institucional estabelecido pela Resolução do CONSEPE nº 14/2013, que tem por objetivo “facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico¹²” (UFT, 2013). Os monitores deste projeto, supervisionados por um professor orientador, acompanham os acadêmicos indígenas matriculados no campus de Porto Nacional, auxiliando no desenvolvimento de leitura e compreensão de textos ligados à área de formação do aluno, bem como incentivar a participação nas atividades científicas e culturais.

Na sequência apresentamos o depoimento da professora que atuou no PIMI, no Curso de Letras da UFT, no período que constatamos o sucesso dos acadêmicos no Curso.

O PIMI é um programa de monitoria indígena na UFT. No Campus de Porto Nacional a avaliação da experiência de sucesso se deu por que focamos nos acadêmicos indígenas. Fazíamos reuniões semanais e até mais de uma reunião por semana. Inicialmente o foco era na saúde e o que haviam deixado nas suas casas, nas aldeias do município de Tocantínia. Sempre que nos reuníamos tínhamos um lanche gostoso e a conversa informal fluía. Tínhamos passeios e as idas a pizzaria, também eram uma constante, nos divertíamos muito. Além das viagens e eventos acadêmicos que participamos, no Rio de Janeiro, inclusive

¹² Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe nº 14/2013, em sessão realizada no dia 28 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=71f5838a-5908-4e9c-b352-bd676385f2db:Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consepe%20n%C2%BA%2014.2013%20-%20PIMI.pdf>>. Acesso em: 20/06/2021.

com viagens a Brasília em manifestações em que estivemos em luta pela educação pública. Além das nossas idas as casas dos indígenas nas aldeias, seja em festas de casamento, seja em visitas que realizamos.

Era problema nosso, quando os acadêmicos não tinham gás na moradia estudantil, para fazerem a sua comida, ou quando descobrimos que alguns dormiam no chão, pois estavam sem cama.

Foi a relação de confiança e de pertencimento que fazia com que as dificuldades nos componentes curriculares estivessem presente em todos os momentos em que vivíamos a universidade.

O que de fato fez a diferença, para o sucesso dos acadêmicos indígenas foi a disponibilidade para estudar junto, conversar nos momentos difíceis e isso foi realizado conjuntamente com a monitoria representada pela acadêmica Raylla e os acadêmicos indígenas. Atribuímos a importância dos acadêmicos e acadêmicas monitores envolvidos com as questões indígenas para o sucesso naquele período. As barreiras sobretudo da língua e adentrar ao universo da academia, reconhecidamente não é fácil para a maioria dos estudantes, isso se potencializa quando se trata dos estudantes indígenas.

Para os estudantes indígenas as dificuldades são de todas as ordens, mas especialmente a comunicação oral e a escrita em Língua Portuguesa precisam de atenção do curso, a que eles estão vinculados.

A dificuldade dos acadêmicos indígenas se dá também pelos professores do Curso de Letras não se envolverem considerando as especificidades dos acadêmicos e tratá-los como mais um, na sala de aula, que deveria ser o espaço da diversidade.

Foi por intermédio do trabalho desenvolvido na monitoria, percebemos que, mesmo a universidade proporcionando sistema de cotas para acesso, possibilitando a inclusão, a evasão ainda permanece como um problema a ser tratado envolvendo o ensino, a pesquisa e extensão, o tripé indissolúvel da universidade e, que precisa do envolvimento dos segmentos que a compõem, mas essencialmente que os cursos coloquem como prioridade a diversidade, com o fito de promover a inclusão. O PIMI foi um dos programas que fez a diferença para os alunos indígenas no Curso de Letras do Campus de Porto Nacional e uma oportunidade da UFT aprender com os povos originários. (Profa. Neila Nunes de Souza/Orientadora do PIMI, depoimento concedido em 13/12/2021).

No depoimento de Souza (2021), observamos que as vivências no PIMI ultrapassaram as questões acadêmicas e como preocupação inicial era o que os alunos traziam de suas vivências para daí construir uma relação de confiança e poder contribuir com as questões e dificuldades acadêmicas.

Assim, também apresentamos um depoimento de uma das monitoras que participou efetivamente do PIMI e acompanhamento dos estudantes indígenas.

No decorrer das atividades de monitoria e pela experiência adquirida nas ações desenvolvidas no curso de licenciatura da UFT, ficou claro que grande parte dos estudantes encontram dificuldades no que tange

ao acesso aos professores por diversas razões, como a falta de comunicação para o esclarecimento de dúvidas em função do formato do curso e das aulas, principalmente nos primeiros períodos, em que o número de estudantes é maior.

De acordo com as pesquisas e até mesmo com a experiência como monitora, é possível afirmar que a falta de comunicação e a dificuldade de comunicação oral e escrita em língua portuguesa são hoje os maiores obstáculos enfrentados pelos estudantes indígenas dentro das universidades brasileiras. Essa ausência de diálogo faz com que a maioria deles desistam das disciplinas ou tomem decisões mais extremistas, como abandonar o curso.

Isso nos faz refletir sobre a importância e a necessidade do diálogo e da aproximação entre docentes e estudantes no contexto universitário. Dadas as experiências adquiridas por meio do processo da monitoria, fica evidente a importância de uma comunicação mais acessível entre o monitor e os professores para com os estudantes indígenas, despertando, dessa forma, um sentimento de confiança e de pertencimento.

Esses dados nos fazem pensar na implantação de medidas eficazes para tentar romper essa barreira, ou seja, é necessário ações de intervenção que procurem reverter essa indiferença. E essas ações devem acontecer de maneira conjunta, agregando o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade.

O trabalho deveria ser coletivo para a sensibilização tanto dos indígenas quanto do professor na tentativa de fazer com que esse público se sinta acolhido, possibilitando melhor adaptação e desempenho nas atividades acadêmicas.

No que se refere à monitoria acadêmica, ficou claro que esta tem o poder de facilitar o trabalho do docente, além de proporcionar ao monitor um momento de identificação com a iniciação à docência.

Sendo que com a monitoria o coeficiente do acadêmico indígena aumentou. (Monitora Raylla Tatielly Almeida/Acadêmica do Curso de Letras da UFT à época. Depoimento concedido em 10/12/2019).

No depoimento da monitora observamos a necessidade do envolvimento inclusive dos professores com as questões dos indígenas que tem suas particularidades e devem ser consideradas como tal. Os problemas de comunicação sejam orais, ou mesmo a escrita exigem uma atenção especial do Curso, visto que a Língua Portuguesa é a segunda língua para os estudantes indígenas.

Conforme podemos observar nos últimos anos analisados no SIE, houve um melhor desempenho dos acadêmicos indígenas e isso se deve à participação mais efetiva dos alunos que buscam auxílio através das monitorias do PIMI, conforme ressaltado no depoimento da monitora.

3. Considerações Finais

As políticas de ações afirmativas, tais como o PIMI ou o Programa de Bolsa Permanência, assim como a Lei de Cotas, são conquistas para estudantes da UFT, em especial para os alunos indígenas Akwẽ-Xerente, pois essas ações permitem tanto o ingresso, quanto a permanência desses acadêmicos na universidade. Vale ressaltar que todos os alunos que tiveram acompanhamento pelo PIMI durante os anos analisados para este estudo, seguem vinculados ao Curso de Letras. Isso reforça a ideia de que os programas institucionais quando bem executados trazem resultados bastante positivos para o público alvo. Dessa forma, o PIMI se destaca por incluir os acadêmicos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a permanência e melhor aproveitamento dos componentes curriculares cursados, alcançando assim um maior sucesso acadêmico.

Conforme podemos observar nos dados obtidos, dos 10 (dez) alunos que tiveram os históricos analisados neste estudo, 9 (nove) ingressaram no Curso de Letras/CPN através do sistema de cotas indígenas. Isso é sem dúvida um avanço importante, pois demonstra que esse grupo tem aproveitado da oportunidade de ingressar no ensino superior através de um direito que lhes foi reconhecido.

Assim, é importante que a UFT e as demais universidades públicas em todo o Brasil mantenham as políticas de ações afirmativas como forma de promover a justiça social no combate às desigualdades socioeconômicas, colocando em prática o que está evidenciado na Constituição de 1988, através de seu artigo 3º.

É importante destacar que além dos problemas relacionados às questões socioeconômicas e territoriais, a maioria dos alunos indígenas enfrentam dificuldades linguísticas no ambiente acadêmico.

No entanto, apesar das adversidades, a vontade de aprender e conquistar uma carreira tem estimulado muitos acadêmicos indígenas a buscarem meios de permanecerem no ambiente universitário. Também é importante destacar que para muitos desses estudantes, a universidade é um espaço de luta, ou seja, um meio de manterem a própria cultura.

As políticas de ações afirmativas e as cotas são programas que ajudam no combate às desigualdades sociais e no efetivo respeito aos direitos constitucionais das minorias,

beneficiando nesse caso os acadêmicos indígenas, que se configura o nosso objeto de estudo.

Assim, através da realização deste trabalho, pretendeu-se cumprir o papel de instigar a sociedade a pensar sobre as dificuldades e a significância dos acadêmicos indígenas que buscam aperfeiçoamento para manter sua cultura. Por fim, para que os alunos indígenas sigam vinculados ao ambiente universitário, é necessário que a inclusão através das cotas e a permanência dos alunos através de programas institucionais sejam prioridades de quem governa o Brasil.

4. Referências

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

_____. **Estatuto do Índio**. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 20/06/2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Povos Indígenas: Quem são**. Atualizado em: 18/11/2020 – 14h49. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>>. Acesso em: 25/02/2021.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade, a. 38, n. 151, jul./set., 2001.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas: Gênero, Etnia e Cárcere**. 2020. 104f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indígenas**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25/02/2021.

_____. **O Brasil Indígena**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acesso em: 25/02/2021.

LIMA, Jônia Rodrigues de. **Ser mulher indígena é –:** narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018.

MEC. “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.” *In: Cadernos Educação Básica*, Série Institucional. V. 2, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis1.pdf>>. Acesso em: 20/06/2021.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *In: DOS SANTOS, Sales Augusto (Organizador). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.* – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. *In: DORRICO et all. Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrigo; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.)* -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, 424 páginas. pp.51- 74.

SOUZA, Neila Nunes de; SILVA, Mauricio Alves da; LUDWIG, Carlos Roberto. **Da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins a Universidade Federal do Tocantins - UFT, reminiscências do Campus de Arraias.** Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 9 – 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/neila/Downloads/861-Texto%20do%20artigo-3736-1-10-20181207%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/neila/Downloads/861-Texto%20do%20artigo-3736-1-10-20181207%20(2).pdf). Acesso em: 18/12/2021.